

DESENVOLVIMENTO – UMA QUESTÃO AINDA PERTINENTE?

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹
Hugo Arruda de Morais²

Resumo

Este artigo indaga sobre a pertinência da questão do desenvolvimento no tempo presente da história da humanidade. Seu principal objetivo é recolocar a questão a fim de defender o desenvolvimento na perspectiva de repensá-lo e praticá-lo de maneira diferente visando contribuir à consolidação de atitudes efetivamente participativas na difícil tarefa do planejamento territorial. A metodologia fundamentou-se na consulta e análise de parte das ideias pensadas acerca do desenvolvimento, bem como na construção de uma pauta visando à retomada da referida questão para a formulação de uma proposta como ponto de partida. O principal resultado da discussão residiu na retomada do desenvolvimento na perspectiva de teoria e prática, como um processo ainda relevante para resolver a problemática social nos diversos territórios, combatendo o fracasso da visão tecnicista de planejamento.

Palavras-chave: Território Vivido; Planejamento; Mudança; Mundo.

DEVELOPMENT – IS IT STILL A RELEVANT QUESTION?

Abstract

This article inquires about the pertinence of the development's issue in the present time of humanity history. Its main objective is to reinstate this question in order to defend still the development based on a perspective of rethinking and practicing it differently for contributing to reinforce attitudes effectively participative in the difficult relate to territorial planning task. The methodology was based on the consultation and analysis of some ideas about development, as well as on the construction of a schedule for retaking the question in order to formulate a proposal as a starting point. The main result of the discussion was the resumption of development from the perspective of theory and practice, as a process still relevant to solve the social problem in various territories, standing against the technician vision responsible for the failure related to the technical planning.

Keywords: Living Territory; Planning; Change; World.

¹ Professor associado do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano. E-mail: claudiocastilho44@gmail.com

² Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vice-Líder do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano. E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br

LE DÉVELOPPEMENT – CONTINUE-T-ELLE UNE QUESTION PERTINENTE?

Résumé

Cet article s'interroge sur la pertinence de la question du développement à l'heure actuelle de l'histoire de l'humanité. Son objectif principal est de rétablir la question afin de défendre le développement dans la perspective de le repenser et de le pratiquer différemment, et ceci pour contribuer à la consolidation d'attitudes effectivement participatives pour ce qui est de la difficile tâche de la planification territoriale. La méthodologie choisie repose sur la consultation et l'analyse de certaines idées relatives au développement, ainsi que sur la construction d'une sorte de modèle pour la reprise de la question en vue de la formulation d'une proposition comme point de départ. Le principal résultat de la discussion a été la reprise du développement du point de vue de la théorie et de la pratique, en tant que processus toujours pertinent pour résoudre le problème social dans les divers territoires, en réfutant la vision techniciste qui a conduit à l'échec un tas des expériences de planification territoriale.

Mots-clés: Territoire Vécu; Planification; Changement; Monde.

INTRODUÇÃO

Todos os territórios do mundo, sobretudo quando produzidos de acordo com a lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, possuem áreas que apresentam problemas de desigualdade e injustiça sociais no que diz respeito tanto à distribuição dos bens de consumo coletivo necessários à reprodução da vida dos homens e das mulheres no território quanto à participação destas pessoas nas decisões atinentes aos seus próprios destinos. Como o mundo é heterogêneo, em alguns lugares, estes problemas são muito mais graves do que em outros, em função das especificidades territoriais-ambientais inerentes às suas respectivas experiências em termos de formação histórico-geográfica.

De qualquer maneira, a existência de disparidades territoriais – levando a uma classificação do mundo “dividido”, principalmente, em grupos de países chamados “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” – suscitou experiências de correção dessas disparidades, através do que se definiu e praticou como planejamento. O planejamento constitui uma prática-estratégica posta em ação, normalmente pelo Estado, nos seus respectivos territórios com a finalidade precípua de se concretizar a solução dos problemas sob o discurso do desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que, sob o capitalismo, não existe condição concreta de se atingir o desenvolvimento que se almeja teoricamente, visto

que esse sistema socioeconômico funciona através de uma lógica que *per se* nega a existência dos seres vivos e da natureza natural.

Foi em função das adversidades inerentes à própria lógica do acontecer histórico do capitalismo no mundo que as várias tentativas de se elaborar e implementar práticas de planejamento “visando ao desenvolvimento”, sempre fracassaram. Muito embora nosso propósito agora não seja tratar da prática do planejamento territorial, não poderíamos negligenciar a discussão sobre ele uma vez que é difícil dissociar esta prática social da questão do desenvolvimento. O presente escrito (re)coloca, assim, algumas ideias possíveis para, pelo menos, se buscar, considerando o legado de teorias sobre o desenvolvimento, subsidiar a construção de um mundo diferente na perspectiva de, em um futuro próximo, continuar-se a dar saltos mais significativos neste sentido.

Liberando-se das amarras do discurso tecnicista simplista e rápido do economicismo e da ingenuidade iluminista segundo o qual a ciência resolveria mecanicamente todos os problemas da humanidade, precisa-se começar abandonando a ideia limitada de que desenvolver é apenas expandir o espaço construído na cidade, preenchendo-o com estradas, condomínios, edifícios altos resultantes de uma urbanização baseada numa verticalização inconsequente, centros comerciais, empresariais e de lazer/entretenimento; e, no campo, com fazendas modernas produtoras de *commodities*, promovendo, em ambos os espaços, acesso ao consumo de bens e serviços reprodutores dos interesses preponderantes do mercado, etc.

Se por um lado, não se pode mais prescindir do conjunto das infraestruturas acima lembradas, por outro, deve-se, pelo menos, rever a forma como a sua fixação no espaço geográfico está acontecendo, destruindo a natureza natural como Bem Comum e a vida humana de maneira célere e intensiva, preenchendo os “vazios” existentes. O que acontece com a finalidade precípua de gerar riquezas para locupletar os desejos das classes dominantes, deixando muita gente à deriva, e inserindo uma cultura mortífera, com problemas decorrentes de um processo distorcido de desenvolvimento que permanece no tempo-espaço mundo.

Em se indagando sobre a referida cultura mortífera de ordenamento territorial, poder-se-á pensar e refletir acerca de outras possibilidades de mundo na perspectiva de um desenvolvimento possível, razão pela qual se defende neste escrito a pertinência da recolocação da questão do desenvolvimento nos tempos atuais, mesmo que isto seja feito como meta, haja vista a dificuldade de concretizá-la de todo sob o capitalismo.

O objetivo reside, portanto e sobretudo, na recolocação da pertinência de se continuar falando em desenvolvimento, ressignificando o seu conceito na perspectiva de pensá-lo, para praticá-

lo, como um processo capaz de, através do diálogo entre Estado e territórios vividos, encorajar os homens e as mulheres destes lugares a construírem, a partir de seu próprio mundo existencial, uma proposta efetiva de planejamento participativo que realmente possa promover a mudança das condições precárias de existência das pessoas que ainda sofrem os efeitos de uma globalização perversa secular.

A realização deste trabalho fundamentou-se, basicamente, em uma metodologia calcada nos procedimentos da consulta e análise de parte das ideias pensadas acerca da questão do desenvolvimento. Porém, evitou-se fazer referências à exaustão de todos os pares que escreveram sobre a questão em discussão, com a finalidade de evitar excessos que levassem os leitores a se cansarem quando se abusa das citações. Construiu-se uma pauta visando à retomada da questão para a formulação de uma proposta como ponto de partida. Destarte, estruturou-se o escrito de maneira a apresentar alguns conceitos e teorias acerca do desenvolvimento; sem aprofundar sua aplicação; o fracasso das tentativas de implementação dos planos de desenvolvimento; e, antes de concluir o texto, tratou-se da pertinência da questão do desenvolvimento nos tempos atuais onde se colocou o planejamento como um processo aberto ainda necessário e apresentou-se alguns apontamentos para uma proposta de desenvolvimento capaz de dar início à difícil tarefa de mudar o mundo.

ALGUNS CONCEITOS E TEORIAS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO

Antes de mais nada, faz-se mister reconhecer que os conceitos e as teorias acerca do desenvolvimento foram elaborados e difundidos, notadamente, no âmbito de contextos histórico-geográficos específicos, como ferramentas visando à formulação de discursos e ações – dentre as quais se destaca a do planejamento, o qual constitui sua principal estratégia de ação – para a correção dos problemas relativos às desigualdades sociais, regionais e nacionais vinculados a diversas realidades do mundo.

Procurando os antecedentes históricos do chamado desenvolvimentismo, Mantega (1985) os encontrou no limiar do século XX quando, na prática, a livre concorrência não conseguia mais dar conta da promoção do equilíbrio econômico; e, a teoria econômica neoclássica continuava esforçando-se para defender o liberalismo econômico. Entretanto, segundo este autor, a depressão econômica provocada pela crise de 1929 não deixava mais nenhuma dúvida de que a livre concorrência não poderia mais acontecer sem controle institucional dos fluxos econômicos.

Posteriormente, sobretudo no que diz respeito à busca de soluções à resolução da problemática social nos países ditos “subdesenvolvidos”, Mantega (1985) acentuou uma ideia que se desenvolveu e difundiu através do trabalho e da influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) segundo a qual:

A saída para essa situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão de produtividade. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno. [...] Para capitanear essas transformações, que deveriam resultar em economias nacionais sólidas e autônomas, com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população, a CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias (MANTEGA, 1985, p. 39).

Do ponto de vista econômico, o Brasil obteve significativos momentos de crescimento econômico, através do papel do Estado viabilizando o conjunto das infraestruturas física e humana necessárias ao referido crescimento; das transformações ocorridas aos níveis da sua produção industrial; e do seu mercado de consumo. Ao nível mundial, não se deve negligenciar o fato de que, no período da Guerra Fria, além da dimensão dos imperativos da geopolítica global, havia liquidez disponível à realização de investimentos em lugares que apresentavam situação favorável ao crescimento de setores políticos da esquerda.

Contudo, sobretudo ao final da penúltima década do século XX, no Pós-Guerra Fria, o neoliberalismo começara novamente a bombardear o discurso do Estado como promotor das transformações materiais e imateriais da sociedade através do planejamento voltado ao desenvolvimento. O Estado havia sido até então o agente preponderante da implementação das diversas facetas do planejamento – regional, territorial, urbano, rural, etc.

Todavia, apesar de terem decorrido trinta anos desde que os conceitos de desenvolvimento e planejamento tornaram-se ideias-força, as desigualdades não pararam de aumentar a nível individual, regional e internacional. A interminável discussão a respeito do que constitui crescimento e desenvolvimento tem sido estéril. Isso ocorre porque, ao invés de partirem da realidade, os teóricos tendem a adotar uma formulação irreal como quadro de referência, perseguindo uma “ilusão” como diria Bachelard (SANTOS, 1978, p. 65).

O planejamento pensado *a priori* na perspectiva quase unilateral do econômico fomenta um conjunto de limitações não somente ao nível do diagnóstico “geo-socio-

econômico” dos problemas a serem corrigidos, como também aos níveis das ações pensadas para resolvê-los e dos resultados obtidos com a implementação do plano.

Quando falamos em desenvolvimento econômico e utilizamos os dados referentes à renda *per capita*, não poderemos aferir os níveis de desenvolvimento apenas por este índice, como se fez durante muito tempo. Concordamos com Perroux quando afirma que “o desenvolvimento é a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e duravelmente, seu produto real global. Daí existir distinção entre “uma economia do desenvolvimento e uma economia do crescimento”. Admite-se o crescimento do produto nacional bruto e da renda *per capita*, sem que ocorram modificações de estrutura e desenvolvimento (ANDRADE, 1987, p. 28-30).

Seguindo os parâmetros acima ressaltados atinentes à perspectiva do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento regional, tradicionalmente, foi praticado como uma ação de intervenção vertical do Estado através da qual os planejadores (técnicos administrativos, especialistas em campos diferentes do conhecimento científico, etc.) elaboravam planos, muitas vezes, isolados em seus gabinetes e desconhecendo em profundidade a complexidade dos territórios para os quais as ações planejadas seriam executadas.

Nessa perspectiva, o espaço-região era percebido e tomado como uma superfície plana passiva à intervenção – como uma *tabula rasa* – a ser permanentemente objeto das ações programadas pelos planejadores, os quais, norteados preponderantemente por propósitos econômicos vinculados a intencionalidades de outros lugares, elaboravam os seus respectivos planos com vistas a fazer do espaço-região uma área “homogênea” de ação para atender os interesses puramente econômicos. Daí a alcunha de “mal planejadores” atribuída, pelo pensamento de esquerda, a estes agentes.

Havia, por outro lado, condições de se pensar no desenvolvimento referindo-se ao processo pelo qual se conseguiria mudar as condições econômicas, sociais e políticas de um lugar, com base, preponderantemente, na dimensão regional do espaço geográfico como síntese da inter-relação entre os seus diversos agentes. Conforme Araújo (2000),

[...] as diferenças regionais influem no processo de planejamento, tanto na sua dinâmica como nas escolhas de prioridades dos planos. Daí ser importante, no diagnóstico, levar em consideração as especificidades da realidade social, ambiental, econômica e política de cada região e ter em conta as marcas essenciais da cultura de cada lugar, adaptando, no que for possível, a metodologia às características mais relevantes da realidade regional. (ARAÚJO, 2000, p. 91).

Além de se chamar a atenção para se levar em conta as especificidades regionais de cada lugar, paralelamente, também se considerou a dimensão humana do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento humano, para o Padre Lebret (1958), reitera-se, era um processo de

transformações profundas no âmbito das estruturas sociais e mentais levando a uma perspectiva humana, também para as classes subalternas e oprimidas. Sobre esta última perspectiva, pensada para um período em que os processos conjugados de industrialização e polarização despontavam como alternativas que levariam os territórios a desenvolverem-se pela expansão espacial dos benefícios gerados pela dinâmica econômica, Andrade (1987) acentuou o seguinte:

[...] ao fazer em 1955 estudos sobre o desenvolvimento industrial do Nordeste brasileiro em geral, e do Estado de Pernambuco, em particular, o Padre Lebret, inspirador em França do movimento Economia e Humanismo, orientou suas sugestões no sentido de que se tentasse planificar o grande Recife, transformando este polo de crescimento em verdadeiro polo de desenvolvimento. Assim, o porto do Recife, que deu origem à cidade do século XVI, deveria ser mais bem aparelhado, tornando-se verdadeiro porto internacional. Tal ideia inspirou naturalmente o projeto de criação do complexo industrial-portuário de Suape, situado ao sul do Recife. O Grande Recife, por sua vez, deveria absorver uma série de municípios vizinhos [...] que já têm suas sedes satelitizadas, transformadas em autênticas cidades-dormitórios (ANDRADE, 1987, p. 99).

Na prática, não se notou a almejada humanização do desenvolvimento. Refletindo acerca das possibilidades concretas de superação da condição de subdesenvolvimento no Brasil, Furtado (1982) defendeu a resolução da questão Nordeste integrando esta região à nação brasileira, no âmbito de uma política de desenvolvimento debatida democraticamente, na perspectiva de buscar a efetivação da humanização do desenvolvimento.

Concordando com a ideia deste autor, segundo a qual a política econômica é política antes de ser economia, admite-se que, sem política, muito menos sem uma política efetivamente democrática que promova a participação das pessoas na tomada de decisões sobre o seu próprio futuro, o desenvolvimento nunca acontecerá. Para o que, aliás, sob uma perspectiva heurística, “[...] toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro” (FURTADO, 1982, p. 23). Somente desta maneira é que se pode ter condições efetivas para submeter os ideais relativos à convivência social aos parâmetros do crescimento econômico.

Posteriormente, também preocupada com a necessidade de se fortalecer a convivência social no Brasil, fundamentada em experiências ocorridas em cidades brasileiras quando de um dos momentos de retorno de propostas neoliberais sob o contexto da globalização, Araújo (2000, p 61) acentuou o seguinte:

Reconstruir o sentido de cidade (e de cidadania), ampliar o sentimento de pertencimento a um “lugar” (com uma história, um conjunto de valores, etc.) – numa época de globalização ativa, de perda da consciência dos limites e possibilidades da manutenção de identidades nacionais, de tendências homogeneizadoras e massificantes – pode ser um estimulante projeto coletivo que ajudará a construir novas formas de convivência social. (ARAÚJO, 2000, p 61).

Nesse mesmo texto, a autora defendeu a realização da discussão, em países continentais como o Brasil, sobre os mecanismos de articulação entre agentes locais, com a finalidade de evitar o aprofundamento de um processo de *descentralização atomizada* que parecia acontecer naquele momento; o que foi feito na perspectiva de defender o modelo de uma *descentralização coordenada* o qual teria condições mais eficazes de consolidar a construção da nação brasileira.

No que diz respeito à proposta do desenvolvimento como liberdade, este pode ser explicado como a expansão do conjunto das liberdades reais das quais as pessoas podem desfrutar numa sociedade. Esta proposta surgiu a partir do questionamento, mais uma vez, da ideia de desenvolvimento como mero crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o qual, por sua vez, fomentaria o crescimento da renda *per capita*, da expansão da industrialização, do avanço tecnológico e da modernização da sociedade sem reverberar os seus efeitos positivos para a coletividade social. Sen (2000, p. 17) acentua que:

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17).

Daí por que este mesmo autor continuou o referido raciocínio colocando que a remoção das principais fontes de privação da liberdade humana – dentre as quais ele citou: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos – constitui uma condição *sine qua non* para a concretização do desenvolvimento:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2000, p. 71).

No que diz respeito à dimensão ambiental, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), após ter avaliado a questão relativa ao processo de destruição do meio ambiente e, por sua vez, a ineficácia no que tangia às políticas ambientais implementadas para resolvê-la, publicou o resultado deste trabalho em uma obra que teve como título *Nosso Futuro Comum*, a qual, por sua vez, ficou popularmente conhecida como “Relatório Brundtland”.

Foi justamente nesta publicação (CMMAD, 1991) que, no âmbito da crise ambiental acelerada pela perversidade da globalização, definiu-se o conceito de desenvolvimento sustentável como um processo pelo qual se permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Com isto, pretendeu-se recuperar a ideia segundo a qual se deve ter um cuidado maior para com a natureza como parte intrínseca ao nosso ser no mundo. Este conceito surgiu, portanto,

[...] no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. [...] (LEFF, 2009, p. 15).

Não obstante a cooptação, pelo capitalismo, do discurso do desenvolvimento sustentável – tal como aconteceu com os discursos anteriores – tornando-o retórica, visando substituir a crítica à perversidade da globalização, sob o neoliberalismo, pela defesa e pelo reforço dos projetos de orientação voltados preponderantemente para os interesses do mercado; não se pode deixar de reconhecer os avanços alcançados após a formulação do princípio da sustentabilidade: “Trata-se da reaproximação da natureza e da invenção do mundo; não só de “um mundo no qual caibam muitos mundos”, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada” (LEFF, 2009, p. 31).

Para a realização efetiva desse princípio, dever-se-á começar, por exemplo, pela retomada do respeito à complexidade ambiental no âmbito dos diversos territórios vividos que compõem o Planeta, procurando interagir dialogicamente com estes espaços e abandonando a cultura da intervenção como se eles constituíssem meros espaços “vazios” a serem preenchidos com objetos de acordo com os interesses da lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, a qual nega tudo que não serve de imediato para satisfazer os seus propósitos imediatos (CASTILHO, 2017).

FRACASSO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADE EXISTENTE PARA SE BUSCAR O DIFERENTE

É sabido que problemas em termos de desigualdades socioterritoriais existem em todos os lugares do mundo, tanto nos ditos “desenvolvidos” como “subdesenvolvidos”, fato que acontece em função da própria lógica inerente ao processo planetário de expansão-reprodução das relações sociais capitalistas de produção engendrando “espaços-regiões problemas”. Não se precisa lembrar que tanto o grau da referida problemática como as ações políticas voltadas à sua correção variam de acordo com as especificidades territoriais: em lugares em que as questões relativas à cidadania foram resolvidas, existe mais possibilidade de concretizar o desenvolvimento; enquanto que em lugares em que tais questões ainda não foram resolvidas, mais difícil torna-se a superação dos seus problemas.

Como tarefas atinentes à realização de propostas de planejamento voltadas à promoção do desenvolvimento, convencionou-se, no curso do seu acontecer histórico-geográfico, implementar ações tais como: realização de diagnóstico sobre os problemas essenciais do lugar; elaboração, por uma equipe interdisciplinar, de políticas de planejamento; estímulo à motivação social pela mobilização das pessoas dos territórios para os quais o planejamento é elaborado; programação da execução das ações a serem implementadas; e decisão. No que diz respeito à decisão quanto ao processo de implementação do planejamento, defendeu-se que ela é própria do executor e não do planejador. Entretanto, acredita-se que o planejador deve acompanhar a execução das ações para dar suporte à concretização de um processo que, efetivamente, promova as mudanças desejadas para a coletividade social. Isso porque o planejamento constitui um processo sempre dinâmico, aberto e flexível.

As ações inerentes ao processo de planejamento regional/territorial acima destacadas ainda exercem influência nos nossos dias a exemplo de uma experiência ocorrida no estado federado do Paraná para a qual se elegeram, de acordo com Araújo (2000, p. 77), as seguintes fases: diagnóstico para a identificação dos problemas e potencialidades dos lugares, bem como as ameaças e as oportunidades para o desenvolvimento regional; escolha das opções estratégicas regionais; a definição das ações prioritárias; e a escolha do modelo de gestão.

Dentre as razões que podem explicar o fracasso das experiências de planejamento implementadas, acha-se o comprometimento dos chamados agentes do planejamento com o processo de produção social movido pela lógica da racionalidade técnico-instrumental capitalista. Daí por que os seus planos são elaborados de maneira simplista e, de uma certa feita, isolada do contexto a ser objeto das ações programadas.

Reconhecendo que seria muito mais fácil para os planejadores insistirem na prática – sobretudo em contexto histórico em que o autoritarismo e o conservadorismo político predominam como parâmetros gerais – de um planejamento que não concretizava o que prometia, inclusive fazendo o contrário, Santos (1978) acentuou que, diferentemente do “mal planejador”,

[...] o “bom” planejador é aquele que apresenta as chamadas soluções “objetivas” e “viáveis” dentro do sistema, de maneira a não abalar a sua continuidade e a afastar as soluções abrangentes, com a alegação de serem inviáveis. De um lado existe uma confusão deliberada entre objetividade e sobrevivência do sistema e, de outro, a não-objetividade e as propostas de mudança. [E]ssa abordagem é mais fácil porque o controle dos meios de comunicação de massa constitui uma defesa, em nome da “liberdade de expressão”, contra qualquer esforço de planejamento verdadeiramente nacional [sendo] ainda mais incentivada pelo prestígio do cientificismo, ou seja, a atitude competitiva na ciência, em nome da modernização e da integração cultural; esse consumo da “cultura de submissão”. (SANTOS, 1978, p. 67).

Outra razão do referido fracasso reside na cultura de gestão do Estado brasileiro. Criticando a frustração relativa ao grande esforço realizado no sentido de dotar o Estado brasileiro de um aparelho político-administrativo mais racional e eficiente, em função da ausência de maior entrosamento entre os técnicos de administração e os especialistas em ciências sociais, Furtado (1982) reconheceu que

Estamos empenhados em formular políticas de desenvolvimento econômico, sem nos apercebermos do fato de que essas novas políticas exigem uma redefinição das funções do Estado e uma total reestruturação administrativa deste. Um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas e economistas constitui, portanto, no momento presente, condição indispensável ao êxito de nossa política de desenvolvimento e reconstrução deste país. (FURTADO, 1982, p. 53).

Reconhece-se, ainda, que, no Brasil, onde as classes dominantes nunca abriram mão dos seus privilégios de classe e nem querem perdê-los, fazendo de tudo para manter as classes subalternas e oprimidas sob o seu mando (RIBEIRO, 2015), conservando o seu ódio eterno (SOUZA, 2017) e sem nenhuma atitude de amor para com elas (FREIRE, 2019), a tarefa da promoção efetiva do desenvolvimento torna-se algo muito difícil de ser realizada. Utilizando-se dos procedimentos mais desprezíveis que se possa imaginar, as classes dominantes – as *elites do atraso*, no Brasil, segundo ainda Souza (2017) – procuram fazer tudo o que estiver ao seu alcance, com o propósito de inviabilizar os projetos que realmente apresentam-se como soluções à problemática social. Em vez da cidadania, fica cada vez mais patente que as elites querem manter seus seculares privilégios de classe, mesmo que isto venha a retardar a consolidação do processo de desenvolvimento efetivo no Brasil.

Para exemplificar o que se acabou de dizer, cita-se um fato ocorrido ao final dos anos 1950 com a finalidade de desacreditar a imagem de Celso Furtado, o homem que estava à frente da luta para a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), instituição pensada e criada para a promoção do desenvolvimento do Brasil.

Os adversários das mudanças não tardaram em perceber que o caminho mais curto para alcançar seus objetivos consistia em privar-me da confiança do presidente [JK]. Concentraram em mim as baterias pesadas. O senador paraibano Argemiro de Figueiredo, com base eleitoral na cidade de Campina Grande, cujo comércio era tradicionalmente ligado à indústria da seca, iniciou uma campanha de difamação pessoal contra mim, “astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste”. Recordava-me de que, em minha época de estudante do Liceu Paraibano, o então interventor do estado, Argemiro de Figueiredo, recebera da classe comerciante de Campina Grande, como presente de aniversário, uma bela mansão, evento que havia chocado minha consciência política de adolescente. Não seria com o apoio dessa gente que transformações reais teriam lugar no desvalido Nordeste. Não contasse eu com a simpatia de boa parte da imprensa nas grandes capitais do Centro-Sul, e minha imagem de homem público teria sido seriamente enodada. (FURTADO, 1989, p. 67).

Não foi, portanto, à toa que Araújo (2000, p. 176), tempo depois do fato acima relatado, recolocou a ideia de que, a despeito de terem ocorrido processos de modernização em diversos subespaços da região Nordeste, mesmo assim estes processos aconteceram de maneira restrita, seletiva, mantendo, em geral, o padrão dominante tradicional.

A experiência do planejamento regional/territorial, na prática, continuou reforçando a estrutura territorial das regiões. Na medida em que, utilizando-se, por exemplo, da teoria dos “polos de desenvolvimento” de François Perroux, acabou-se promovendo a concentração dos investimentos nos centros urbanos historicamente consolidados na rede urbana regional. Portanto, ações simplistas e rígidas como estas não foram suficientes para fomentar a distribuição dos benefícios obtidos com o crescimento econômico engendrado, mas conseguiram dismantelar gêneros de vida, desenraizar povos dos seus territórios e destruir a natureza natural.

Daí a ideia de *des-envolvimento* como representação do afastamento entre sociedade e natureza, a fim de fazer valer os interesses das classes dominantes que são as únicas que se locupletam com tal situação na medida em que tecem os ambientes que lhes interessam, razão pela qual, reitera-se, a concretização do desenvolvimento no Brasil, no sentido que se defende nesse escrito, ainda continua uma tarefa difícil. Com efeito, através da ideia de progresso, continuando a ser concebido como “[...] sinônimo de *dominação da natureza*”,

A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. [...] Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimento que as atravessava. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 62).

Enfim, como dizia Leroy (2010, p. 16), ressaltando a relevância da natureza para o desenvolvimento, “[...] tratar de meio ambiente sem interrogar o desenvolvimento é [como] comportar-se como avestruz” e, acrescenta-se, vice-versa. Outra contribuição de Porto-Gonçalves (2011), baseada no reconhecimento de que *o conceito de natureza não é natural*, mas criado pelo homem, consiste na defesa da possibilidade de construir uma ideia socialmente consequente de natureza.

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza [...] Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura. Dessa forma, é fundamental que reflitamos e analisemos *como foi* e *como é* concebida a natureza em nossa sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 23-24).

Em tomando consciência de tal fato, ter-se-á condições de pensar e refletir sobre perspectivas concretas de mudar ou, pelo menos, de mitigar o sofrimento das pessoas a partir dos e nos seus próprios territórios de existência. Isto porque, como dizia Elisée Réclus ainda no século XIX, o mundo tem que ser revisto, reaprendido e re praticado no âmbito de uma “educação ambiental”, a fim de se elaborar e concretizar propostas efetivamente vinculadas à problemática social inerente às especificidades territoriais inerentes a cada lugar. Na perspectiva de se imaginar outros mundos,

Quando é evidente a inutilidade de seguir correndo atrás do *fantasma do desenvolvimento*, emerge com força a busca de alternativas do desenvolvimento, ou seja, de formas de organizar a vida fora do desenvolvimento e, em especial, rechaçando aqueles núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como a realização do conceito de progresso que nos foi imposto há séculos. Isso necessariamente implica superar o capitalismo e suas lógicas de devastação social e ambiental, o que nos abre as portas ao pós-desenvolvimento e, claro, ao pós-capitalismo. Aceitemos: para a maioria dos habitantes do planeta, o capitalismo não representa uma promessa ou sonho: é um pesadelo realizado. [...] Mesmo sabendo que o desenvolvimento é antiquado, sua influência ainda nos pesará por longo tempo. Assumamos [...] que escaparemos do desenvolvimento – e do capitalismo – arrastando muitas de suas correntes, e que será um caminho longo e tortuoso, com avanços e retrocessos, cuja duração e solidez dependerá da ação política para assumir o desafio. (ACOSTA, 2016, p. 61-62).

Por isso, ainda se faz necessário, ao mesmo tempo, identificar e valorizar o capital social historicamente desenvolvido no território, sem o qual nunca se poderá ter o desenvolvimento regional participativo e democrático. Para Putnam (1996, p. 177), “Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas...”. Em outras palavras, um contexto histórico-territorial em que as pessoas tenham uma cultura de confiança em si bem como nos seus próximos, suscitando práticas significativas de ajuda mútua em momentos difíceis e de cooperação, enfim, sob os parâmetros de uma solidariedade orgânico-comunitária, representa um terreno fértil para a mobilização dos recursos necessários ao desenvolvimento.

Eis uma lição a ser tirada de nossa pesquisa: *o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições*. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer. (PUTNAM, 1996, p. 191).

Não se pode negligenciar o fato de que o capital social deve ser compreendido em associação com o capital territorial, o qual, por sua vez, se refere “[...] a um *conjunto localizado de bens comuns*, que produzem vantagens coletivas não divisíveis e não apropriadas privadamente” (DEMATTEIS E GOVERNA, 2005, p. 27), constituindo, na verdade, as especificidades próprias do território como um patrimônio local. Reunir os saberes e fazeres fragmentados constitui um ponto de partida essencial no sentido do desenvolvimento. O exercício da interdisciplinaridade – tendo a transdisciplinaridade como meta – não deve limitar-se à reunião dos saberes e fazeres diferentes, mas, concretizar-se no esforço permanente de realizar um diálogo frutífero com base nos territórios vividos.

Nesta perspectiva o sentido do território tornar-se-ia o de um “bem relacional”. A proposta de compreensão do território prevê, portanto, a análise dos atores que o constroem e que o vivem [...]. O território, de fato, êxito de uma interação entre homem e natureza, não é só um suporte, uma base de ação ou um instrumento e, portanto, estranho. Na medida em que território e homem se “modificam” (condicionando o existir), o território age como um ator, embora em uma relação causal, mas não intencional e consciente, e a sua competência revela-se nas formas que assume. (BERTONCIN E PASE, 2006, p. 13, tradução livre).

Diante do exposto, as dimensões do econômico, do regional/territorial, do humano, da liberdade e da sustentabilidade dentre tantas outras devem ser consideradas e articuladas interdisciplinarmente como uma síntese sinérgica de um processo efetivo de

desenvolvimento. Isto porque o econômico sempre possui uma base territorial que faz parte de uma região em que os homens e as mulheres que nela se situam devem, livre e democraticamente, participar empaticamente das decisões sobre a resolução dos problemas que lhes afetarem, fazendo valer a concretização de um desenvolvimento territorial humano efetivamente sustentável.

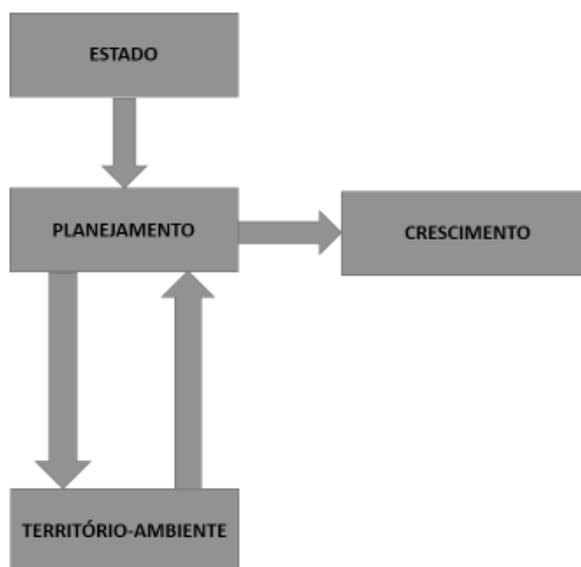
Enfim, o processo acima ressaltado deve acontecer sob os parâmetros de uma pedagogia do oprimido – ao mesmo tempo para os oprimidos e os opressores – como prática da liberdade, segundo Freire (2019). O que significa, portanto, não abrir mão de se experienciar continuamente a dialogicidade entre as classes sociais de uma formação socioeconômica e territorial dada, mediatizada pelo mundo. E, é claro, continua este mesmo autor, no âmbito do respeito, da confiança e do amor mútuos.

A PERTINÊNCIA DA QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS TEMPOS ATUAIS

Em face da argumentação anteriormente posta, tem-se em vista a necessidade de se continuar recolocando as mesmas questões para se buscar a resolução definitiva à problemática social dos homens e das mulheres no mundo; bem como, no caso de não terem sido resolvidas, de repeti-las *ad nauseam*, se necessário for, no sentido de que os poderes concretamente instituídos nos ouçam e levem em conta o que temos indicado, a partir da escuta dos territórios vividos, como propostas para resolvê-la.

Com base na teoria e na prática do processo de planejamento, ao mesmo tempo, conhecido e vislumbrado, elaborou-se, para efeito de compreensão, dois esquemas que demonstram grosso modo duas lógicas atinentes à elaboração e implementação do referido processo. O primeiro refere-se à lógica simplista, a qual se acha representada pela Figura 1.

Esta figura, portanto, clarifica o processo de feitura de um planejamento sob os moldes da visão que predominou em termos do pensá-lo e executá-lo em praticamente todos os lugares do mundo nos quais, supostamente, ainda não existe uma formação territorial forte capaz de negociar, como um filtro sociopolítico territorial, o que de fato interessa ao seu povo em termos de ganhos materiais e imateriais.

Figura 1. Fluxos da lógica simplista do planejamento.

Fonte: Elaboração dos autores.

Destarte, o planejamento torna-se o resultado unilateral de um Estado que, cooptado pelos interesses econômico-financeiros, elabora ações a serem implementadas no território-ambiente para o qual estão sendo pensadas, apenas consultando as populações deste território sem levar em conta a complexidade do seu ambiente existencial. O que se tem, ao final, como resultado principal, traduz-se no crescimento econômico que continuará beneficiando as classes dominantes que vêm sendo secularmente beneficiadas pelo capitalismo e, portanto, mantendo os seus privilégios. Apesar desta prática ter predominado no tempo-espaço mundo, as pessoas com potencial para serem “bons planejadores” – compreendendo um sistema de ações movidas, simultaneamente, por cientistas, técnicos, gestores públicos e povo – não se devem deixar levar pelos sentimentos de desilusão e impotência os quais possuem como intenção paralisar o uso das diversas formas de possibilidades de mundo.

Os territórios vividos constituem pontos de partida para a reflexão sobre os processos efetivos de transformação social visto que é neles que as práticas sociais imbuídas de diversas ideologias acontecem, movimentando-se sempre em algum sentido, inclusive naquele da busca permanente do desenvolvimento. Isto porque os territórios vividos pelas classes subalternas e oprimidas constituem os lugares da escassez, das ausências, das carências e, por sua vez, das táticas/estratégias postas em prática visando à superação dos problemas compartilhados no cotidiano difícil de muitos trabalhadores e de muitas trabalhadoras. É nos territórios vividos pelas classes subalternas e oprimidas que aterrissam exterioridades representadas pelas novas técnicas acompanhadas por discursos que consolidam os propósitos

homogeneizadores da globalização, os quais algumas vezes esbarram e conflitam com interesses locais, sobretudo quando os territórios constituem efetivamente, como escrevera Santos (1997), “lugares fortes”.

Daí por que, além de constituírem a face vivida da sociedade, os referidos territórios também compreendem a face da resistência local aos impulsos da racionalidade hegemônica na medida em que é neles que as pessoas vivem no âmbito de um conjunto de histórias de vida que se entrelaçam tecendo uma memória coletiva que possui referências fortes de identidade, suscitando, como lugares fortes, a elaboração de propostas alternativas de (r)existências. Do contrário, eles serão de todo subordinados a propósitos externos à sua região.

Para a consideração das propostas provenientes do território-ambiente vivido pelos homens e pelas mulheres das classes subalternas e oprimidas do mundo, faz-se necessário não somente escutá-los; mas, ao mesmo tempo, contemplar o que os seus sujeitos apontam como alvos a serem atingidos e soluções para o melhoramento das suas condições de existência neste mundo tão desigual e injusto. Por esse motivo, muito além de ideias simplistas e rápidas, isoladas dos seus respectivos contextos históricos,

[...] a sustentabilidade do processo em evidência não pode ser apenas a ambiental. Além da conservação do *capital natural*, deve-se considerar a reprodução e o incremento de todo o *capital territorial*, enquanto todas as suas componentes não apresentarem certo grau de sustentabilidade e reprodutibilidade em breve período. [...] o desenvolvimento local deve então confrontar-se com a *dimensão territorial da sustentabilidade* [...], no interior da qual se podem distinguir os vários tipos de sustentabilidade. Dentre estes, além da sustentabilidade ambiental, assume particular importância a sustentabilidade política ou *autossustentabilidade*, [...] derivada dos processos autoorganizativos dos sistemas locais... (DEMATTEIS E GOVERNA, 2005, p. 28, tradução livre).

E por onde começar e como começar? Pela reunião e articulação do conjunto dos saberes e fazeres fragmentados. Ao mesmo tempo, pelo diálogo realizado na interface dos espaços do Estado e dos territórios-ambientes para os quais o planejamento deverá ser construído, desnudando-se de todas as amarras dos poderes instituídos e das ingenuidades segundo as quais somente a ciência e a tecnologia *per se* serão capazes de promover o desenvolvimento.

Apontamentos para a retomada de outra perspectiva de desenvolvimento

Acionando a utopia inerente ao pensamento social crítico, “Impõe-se, desse modo, como tarefa preliminar, definir os modos de consumo e a estrutura de produção que

permitirão o aparecimento de uma sociedade igualitária, uma sociedade na qual ninguém seja dominado para que outros possam perpetuar seu papel de dominante” (SANTOS, 1978, p. 72). O que de fato deve ser prioridade, superando a cultura institucional denominada por Sen (2011) de *institucionalismo transcendental*, e, portanto, considerando a dimensão existencial dos territórios do povo em sua totalidade.

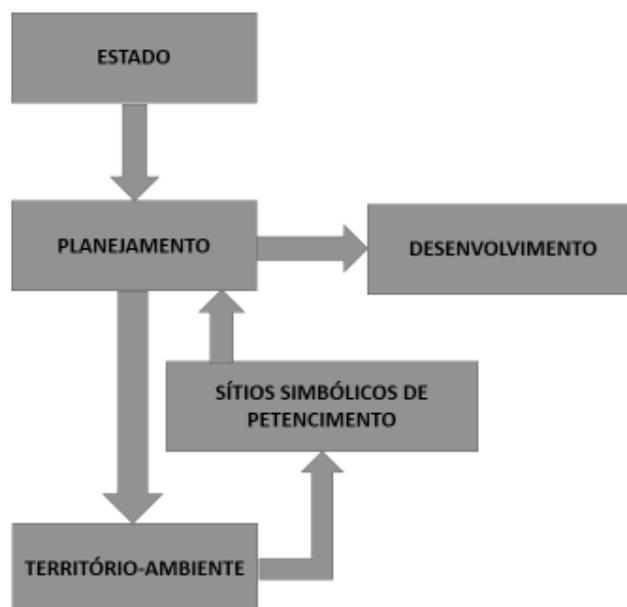
Ao mesmo tempo, na medida em que o planejamento voltado ao desenvolvimento tem que considerar e pensar a realidade territorial como uma totalidade complexa, urge, seguindo a mensagem de Passet (2002, p. 193), retomá-lo a fim de concretizar a promessa otimista da “gestão cuidadosa” da natureza colocada, no século XVIII, por Condorcet. Em assim sendo,

Ele prevê um modo de desenvolvimento mais econômico dos recursos e meios: “Um terreno cada vez mais exíguo”, profetiza, “produzirá uma quantidade de gêneros de maior utilidade ou de valor mais elevado [...] o mesmo produto da indústria equivalerá a menor destruição das produções primárias ou tornar-se-á de uso mais durável”. (PASSET, 2002, p. 193).

Tem-se, então, que combater a violência secular dos planos de desenvolvimento que des-envolvem em vez de desenvolver de fato os lugares da Terra, implementados vertical e autoritariamente em contextos diferentes daqueles para os quais eles são elaborados e implementados.

Na verdade, partindo do ponto de vista da ética do desenvolvimento na perspectiva da economia, este autor recoloca que as construções abstratas e coerentes *per se* do desenvolvimento não representam uma garantia de verdade diante da diversidade do mundo, sobretudo quando elaboradas sem vínculos com o mundo vivido para o qual se fazem os planos de ações. Simultaneamente, moldador e moldado no movimento permanente das histórias dos lugares, os sítios simbólicos de pertencimento, para Zaoual (2006), por constituírem a *mão comunitária* da organização local, amenizam os efeitos da *mão invisível* do mercado, humanizando a racionalidade, ideia próxima da de capital territorial.

Portanto, não se pode nunca negar o papel dos territórios vividos como sítios simbólicos de pertencimento nas ações a serem elaboradas e implementadas no âmbito da prática do planejamento. Nesta perspectiva, elaborou-se o esquema que representa uma outra lógica do planejamento, com a finalidade precípua de demonstrar o processo de planejamento que se está defendendo (Figura 2) neste escrito e, ao mesmo tempo, negando a prática de planejamento que o esquema anterior representou.

FIGURA 2: Fluxos da lógica complexa do planejamento.

Fonte: Elaboração dos autores.

Esse esquema retrata um processo dinâmico e dialógico de planejamento na medida em que o Estado convoca, supõe-se, a equipe interdisciplinar adequada para a elaboração do planejamento com base na escuta do território-ambiente onde vivem as pessoas, consultando-as e considerando suas demandas. Foi neste sentido que Freire (1978) legou-nos a ideia segundo a qual qualquer plano, programa e projeto – referindo-se, é claro, à questão do planejamento da educação – só poderiam ser viáveis se fossem efetivamente radicados na realidade experienciadas pelas pessoas nos seus próprios lugares de existência.

Quando se leva em conta o território vivido como sítio simbólico de pertencimento, poder-se-á controlar os impulsos externos destruidores dos lugares e pressionar os planejadores para fazerem valer, simultaneamente, os interesses locais. Destarte, ter-se-á uma prática diferente de planejamento capaz de promover algo que se aproxime do que se almeja como desenvolvimento na qualidade de um processo regional, aberto, dinâmico e democrático. Um planejamento centrado, também, na autonomia do grupo social em seu território de vida, numa perspectiva próxima de Souza (1996), quando este estuda a urbanização no âmbito da perspectiva de um desenvolvimento socioespacial.

Da mesma maneira, o planejamento tem que prever e obedecer um tempo que não pode limitar-se aos quatro anos relativos ao tempo dos mandatos dos níveis executivos do Estado brasileiro a fim de que se tenha a condição necessária não somente à realização do diagnóstico dos problemas dos territórios-ambientes a serem alvos das ações, como também

ao mesmo tempo, da mobilização social e da elaboração das ações de maneira efetivamente participativa. Destarte, o planejador poderá contribuir para representar e interpretar, junto aos territórios envolvidos na prática do planejamento, os contextos regionais no âmbito das suas relações com o contexto global, visando ao desenvolvimento territorial efetivo (DEMATTEIS, 1995).

Projetar o território significa então, antes de tudo, representar as diversidades, em termos de possíveis respostas locais a movimentos globais bem como forçar os limites das linguagens universais de maneira a torná-las capazes de acolher (compreender) e veicular “razões” e valores locais. (DEMATTEIS, 1995, p. 42, tradução livre).

A prática do planejamento, enfim, não pode parar no seu “fechamento” e na sua divulgação. Vale ainda ressaltar que, no âmbito de uma perspectiva sempre aberta e democrática do planejamento tal como já se disse anteriormente, os “bons” planejadores devem contemplar a diversidade em termos dos saberes e fazeres historicamente contidos nos territórios vividos pelo povo como sujeito das ações.

CONCLUSÃO

A despeito da dificuldade no que tange à concretização de uma proposta de desenvolvimento através da implementação de um planejamento efetivamente participativo e democrático em um lugar que teve experiência de formação histórico-territorial como o Brasil – que negou a natureza natural, as pessoas pobres e a sua cultura – deve-se, entretanto, continuar imaginando o que é possível fazer para reverter o atual quadro de desigualdade e injustiça socioterritoriais.

Dáí por que foi necessário recolocar a pertinência da questão do desenvolvimento, desta vez para refletir sobre seus lapsos visando pensar ações de planejamento que considere a complexidade dos diversos territórios vividos como sítios simbólicos de pertencimento inerentes ao espaço geográfico brasileiro; e isso tratando os seus homens e as suas mulheres como seres importantes e capazes de indicarem o que de fato é necessário para a construção de uma sociedade efetivamente igualitária.

Isto porque, através de um planejamento participativo e democrático, somente as pessoas que vivem nestes territórios são capazes de destacar os seus problemas mais relevantes, indicando quais ações podem, efetivamente, ser pensadas e praticadas visando à sua efetiva solução. Este planejamento deve, assim, levar em conta a complexidade destes

lugares a fim de, considerando as dimensões da realidade – econômica, regional-territorial, sustentável, liberdade, etc. – em seu conjunto, promover o desenvolvimento.

Na ausência de um território-ambiente efetivamente cidadão e democrático, torna-se ainda mais difícil, notadamente sob o atual contexto de obscurantismo político em que se vive atualmente no Brasil, concretizar a proposta colocada e defendida neste escrito. Porém, sempre há possibilidades de se tentar pensar e fazer algo pelo menos diferente.

Por isso, deve-se continuar resistindo contra as práticas de dominação, quebrando os seus sustentáculos ideológicos; e ao mesmo tempo, exercendo e impondo, paulatinamente, práticas libertárias adequadas à mudança que se almeja em termos de processo de produção efetivamente social do espaço existencial dos homens e das mulheres no mundo atual.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização & desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BENTONCIN, M.; Pase, A. (org.). **Il territorio non è un asino. Voci di attori deboli**. Milano: Franco Angeli, 2006.

CASTILHO, C. J. M. de. **Do (Des)respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro**. In: Galvêncio, J. D.; Oliveira, V. S. de; Souza, W. M. de. (Org.). *Mudança climática, sociedade, cidade e meio ambiente*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FARINÓS, Joaquín. *La estrategia territorial europea en el nuevo paradigma de la territorialidad*. In: TARROJA, Alex; CAMAGNI, Roberto (Org.) **Una nueva cultura del territorio: criterios sociales y ambientales en las políticas del gobierno del territorio**. Barcelona: Diputación de Barcelona, 2006.

DEMATTEIS, G. **Progetto implícito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio**. Milano: Franco Angeli, 1995.

_____; Governa, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. Milano: Franco Angeli, 2005.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné Bissau. Registro de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- _____. **Pedagogia do oprimido**. 67ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estado Democrático**. 2ª ed. Recife: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco-CONDEPE, 1982.
- _____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEBRET, L. J. **Suicide ou survie de l'Occident**. Paris: Éditions Ouvrières, 1958.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2009.
- LEROY, J. P. **Territórios do futuro. Educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 1985.
- PASSET, R. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PUJADAS, Romà; FONT, Jaume. **Ordenación y planificación territorial**. Madrid: Editora Síntesis, 1998.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo/Recife: Editora Hucitec, 1978.
- _____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Recebido em Julho de 2019

Aceito em Fevereiro de 2020

Publicado em Julho de 2020